

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0802879-88.2023.8.10.0000 Sessão de 27/03/2023 a
03/04/2023 Paciente: FRANCISCO DE ASSIS SOUSA Impetrantes: ISRAEL SOARES
ARCOVERDE (OAB/PI nº 14.109) e GIRLAIDE SOARES ARCOVERDE (OAB/PE Nº
51.159) Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA TIMON
Relator: DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS.
HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO. ROUBO MAJORADO. EXCESSO DE
PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. POSTERIOR OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. PERDA
SUPERVENIENTE DO OBJETO. IMPETRAÇÃO PREJUDICADA. PRISÃO PREVENTIVA.
RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO. GARANTIA DA
APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO DO ERGÁSTULO
POR CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE. NÃO CABIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL
NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA. I. Prejudicada a tese de constrangimento
ilegal por excesso de prazo, uma vez que, em data posterior à impetração,
houve a apresentação de denúncia pelo Ministério Público. II. Em vista da
natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a
possibilidade de sua imposição ou manutenção quando demonstrado, de forma
fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos requisitos
previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. III. No caso em exame,
a custódia cautelar foi adequadamente imposta como forma de resguardar a
ordem pública, garantir a aplicação da lei penal e preservar a instrução
criminal (art. 312, CPP). Destacou-se, na origem, a alta periculosidade do
paciente, que, além de integrar a facção criminosa PCC, possuía dois
mandados de prisão em aberto e já havia empreendido fuga quando preso em
outra oportunidade. IV. A imprescindibilidade da prisão preventiva
justificada no preenchimento dos pressupostos dos arts. 312, 313 e 315 do
CPP, como na espécie, impede a aplicação das medidas cautelares
alternativas previstas no art. 319 do CPP. Precedentes. V. Ordem
conhecida, julgada prejudicada no tocante à tese de excesso de prazo para
formação da culpa e, em relação à argumentação remanescente, denegada. São
Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior
Desembargador Relator (HCCrim 0802879-88.2023.8.10.0000, Rel.
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL,
DJe 03/04/2023)